

# EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES COMUNITÁRIAS EM UBERLÂNDIA NOS ANOS DE 1980: SUJEITOS, PRÁTICAS, COTIDIANO E PERSPECTIVAS

Vanessa de Souza Ferreira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo é síntese de uma dissertação de mestrado, que objetivou recuperar parte da história da educação infantil em Uberlândia, com ênfase na luta da comunidade <sup>2</sup> pelo direito à creche e nos espaços públicos para crianças de 0 a 6 anos de idade nos anos de 1980, período em que há uma efervescência do movimento em prol de creches comunitárias no município. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos fontes diversas <sup>3</sup> que pudessem nos situar nesse campo de lutas envolvendo sujeitos e ações complexas, buscamos classificar/cruzar e interpretar tais fontes segundo o interesse da pesquisa, qual seja, desvendar práticas e discursos na história das creches em Uberlândia. Assim, percebemos que as creches comunitárias se constituíram como forma singular de atendimento à população empobrecida, uma resposta ao descaso do poder público para com as necessidades de educação e guarda de crianças. E sua expansão fomentou discussões sobre as condições do atendimento infantil que pressionaram o poder público a se posicionar quanto à realidade delas. É neste sentido, que apresentaremos alguns elementos importantes para compreendermos como se configurou esse movimento, significativo para a história da educação infantil da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** infância; educação infantil; creches comunitárias.

## ABSTRACT

This paper sums up my master's degree's dissertation aimed at writing part of the history of infant education in Uberlândia. It focused on the community struggle to guarantee its right to crèche and on public spaces for children aged 0 to 6 years in the 1980s, when a movement in favor of community crèches became stronger in this city. The research was based on many sources that could place us in the context of struggles involving people and complex actions. For that, we classified, intercrossed and interpreted them aiming to unveil practices and discourses in the history of crèches in Uberlândia. Results showed that community crèches were a singular way of meeting poor people needs and an answer to the lack of public care with children' education and guard; also, that their expansion stimulated a debate on the conditions of child care that forced government to think more of their reality. This paper introduces some elements we as useful to an understanding of how important this movement was to the history of infant education in Uberlândia.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. Mestre em Educação.

<sup>2</sup> Comunidade neste artigo designa estrita e particularmente a um grupo de pessoas/moradores com características em comum, tais como local de moradia, experiências, condições sociais, necessidades básicas, interesses comuns etc.; não nos referimos ao termo comunidade na percepção biológica de equilíbrio — aliás, tal noção camuflaria conflitos nas relações que se estabeleceram no movimento por creches em Uberlândia.

<sup>3</sup> Utilizamos, bibliografia sobre a história da infância e educação infantil, monografias acadêmicas sobre manifestações populares e constituição de associações de moradores/ bairro em Uberlândia, bem como as seguintes fontes: fotografias, mapas, gráficos (fontes iconográficas), entrevistas, legislação, relatórios da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS), imprensa escrita (jornais e revistas) etc.

**KEYWORDS:** childhood; infant education; community day care.

No contexto histórico da década de 1980, houve ações para institucionalização da educação infantil nos municípios, como em Uberlândia, onde o PMDB local<sup>4</sup> propôs, ao menos em tese, respaldar a abertura de instituições para crianças de 0 a 6 anos de idade, no bojo da proposta anunciada pela gestão municipal, a chamada “Democracia Participativa”. Tal proposta se realizaria, principalmente, através da descentralização das decisões políticas, as quais propiciariam a organização de segmentos populares, bem como a constituição de uma quantidade relevante de creches nos bairros da cidade, principalmente, nos bairros periféricos.

A abertura dessas instituições foi estimulada, sobretudo, devido à oferta escassa de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade das camadas populares e à crescente necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. Neste sentido, foram adotadas soluções alternativas, a exemplo das creches comunitárias, que foram, em sua maioria, criadas improvisadamente pela iniciativa dos moradores de cada bairro, na cidade de Uberlândia.

Assim, julgamos pertinente elucidar qual a realidade apresentada no município de Uberlândia no que tange ao atendimento institucional às crianças de 0 a 6 anos, tanto no período anterior aos anos de 1980, quanto nos anos posteriores, até 1988, ano em que, através da Constituição Federal, houve o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. A seguir, destacaremos a evolução quantitativa das creches comunitárias em Uberlândia bem como questões importantes para compreendermos esse complexo e importante movimento.

### **Creches comunitárias em Uberlândia**

Na realidade uberlandense relativa ao atendimento a crianças desfavorecidas socialmente na faixa etária 0–6 anos antes de 1980, detectamos algumas ações isoladas de cunho religioso, filantrópico e particular. Paralelo a esse cenário, **merecem** destaque duas instituições: Em 1967, inaugurou-se o Jardim de Infância Suzana de Paula Dias, localizado na região central e que recebia crianças residentes — a maioria — nas adjacências da escola e crianças da periferia. Esta encerrou suas atividades em 1972,

---

<sup>4</sup> O Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB administrou a prefeitura municipal de Uberlândia, entre os anos de 1983 a 1988.

pois era estadual, e a LDBN 5.692/71 atribuiu ao município a responsabilidade pela educação infantil; Em 1977, foi fundada a Escola Pré-fundamental Nossa Casinha, cujo fim era oferecer, aos filhos de funcionários da UFU, uma escola que atendesse de início crianças entre 2 e 5 anos de idade, com possibilidade de extensão gradativa até a oitava série do ensino fundamental. Em 1983, seu nome passou a ser Escola de Educação Básica (ESEBA). Em 1988, ela deixou de ser escola-benefício, isto é, o ingresso nessa instituição passou a ser feito por meio de sorteio público.

À parte essas duas instituições, conforme já apontamos, preponderaram ações caritativas e religiosas destinadas a crianças de 0 a 6 anos de idade oriundas de bairros periféricos até início dos anos de 1980, no entanto, insuficientes para suprir a demanda. Assim, as primeiras instituições de atendimento “[...] foram organizadas por igrejas e outras entidades filantrópicas. Mais tarde se agregaram às associações de bairros, reunindo forças para cobrar do poder municipal mais responsabilidade para com a educação infantil” (UBERLÂNDIA, 2003, p.6).

Em 1981, teve início em Uberlândia o movimento em prol de creches comunitárias, apoiado pelos movimentos sociais e pela proposta da gestão municipal do PMDB em meados de 1982, configurando uma nova realidade para o atendimento à infância no município. A primeira creche comunitária foi fundada no conjunto habitacional Luizote de Freitas, em 1981, por iniciativa de um grupo de empregadas domésticas apoiadas pela associação de moradores do bairro. Em 1982, surgiram mais duas creches (nos bairros Jardim Brasília e Presidente Roosevelt), encabeçadas por movimentos de mulheres-mães apoiadas pela comunidade e pelo Clube de mães da Igreja Católica.

O movimento pró-creches comunitárias em Uberlândia teve respaldo inicial do PMDB desde a campanha para o pleito de 1982. Em sua proposta de governo, o partido registrou o intuito de apoiá-las e, de fato, as apoiou em parceria com as associações representativas.

Assim, a partir do ano de 1983, houve uma evolução quantitativa no que tange às creches comunitárias (GRÁFICO 1). Ao analisarmos o gráfico, podemos afirmar que, se comparado com 1982 — quando havia três creches comunitárias —, no fim de 1988 havia um número expressivo delas. O primeiro ano da gestão do PMDB foi o momento em que os movimentos pró-creches comunitárias ganharam força e respaldo do poder público para se definirem com base na prática de cada bairro, com suas características, necessidades e formas próprias de mobilização.

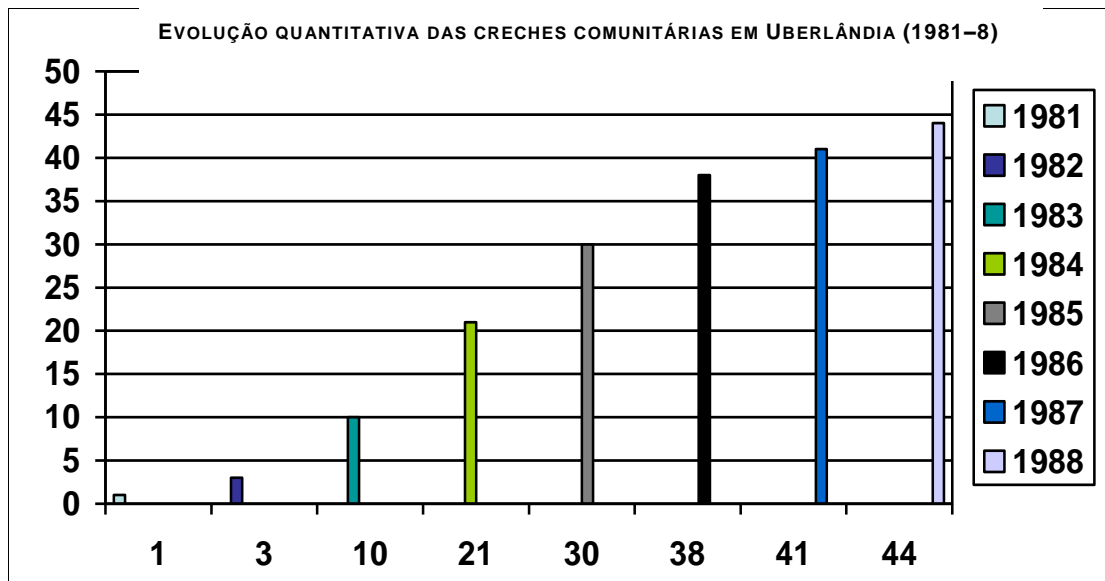


GRÁFICO 1 – Evolução quantitativa das creches comunitárias em Uberlândia (1981-8)  
 Fontes: UBERLÂNDIA, SMTAS, 1987, 1988, 1989.

Pobreza, sacrifícios, privações e a luta diária por uma vida mais digna marcavam então as condições de vida dos grupos sociais que se mobilizaram pela abertura de creches comunitárias <sup>5</sup>. Assim, a necessidade de espaços para crianças menores de 6 anos de idade era imperativa, a ponto de culminar na criação de creches comunitárias, sobretudo em bairros periféricos (FIGURA 1).

<sup>5</sup> Em meados dos anos de 1980, creche e pré-escola em Uberlândia não eram reivindicações em condições iguais de luta. Quem atendia nas pré-escolas eram estagiários da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) — depois o atendimento foi vinculado a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Mas a oferta em pré-escolas nessa década se mostrou insuficiente, isto é, levou crianças de 0 a 6 anos de idade ao atendimento em período integral nas creches, espaço carente de proposta pedagógica sistematizada para o pré-escolar. Só após a segunda metade dos anos de 1980 houve ampliação da oferta, com atendimento em meio período nas pré-escolas municipais a crianças com idade entre 4 e 6 anos que frequentavam creches comunitárias.



FIGURA 1– Localização das creches comunitárias no mapa de Uberlândia de 1988  
Fonte: adaptado de CTBC, 1988; UBERLÂNDIA, 1987, 1988, 1989. Elaborado pela autora.

As creches comunitárias evoluíram quantitativamente, acima de tudo com base na autogestão — essencial à consolidação das necessidades dos moradores dos bairros destacados no mapa. Porém, mesmo que a situação política nacional e local à época favorecesse a constituição de tais instituições, o contexto econômico era uma limitação central no interior das mesmas, fragilizando o movimento pró-creches comunitárias no município, em especial quanto à intervenção e manutenção do poder público.

### Sujeitos, práticas, cotidiano e perspectivas

A análise de fontes referentes à organização de creches comunitárias mostrou que a emancipação das mulheres, na maioria dos casos, não foi parte de uma escolha; antes, era a necessidade de se inserir no mercado de trabalho para auxiliarem — ou até proverem — o sustento da família. Apontamos que, a luta pró-creches ocorreu, sobretudo, nas camadas sociais desfavorecidas economicamente, cuja comunidade se organizou em associações de bairro, Clubes de Mães etc., para reivindicar amparo e assistência aos filhos. Nesse contexto, destaca-se o importante papel das mulheres/mães,

que, mediante lutas, ampliou sua atuação, antes voltada, em muitos casos, ao domínio doméstico, para conquistar e garantir espaço no mercado de trabalho.

No entanto, a creche, enquanto espaço de atendimento às crianças durante o período de trabalho, principalmente da mãe, nasceu com pouca legitimidade, pois se defendia que a responsabilidade pelo cuidado e a educação das crianças pequenas era exclusividade da família.

Esta perspectiva pode ser associada historicamente à imagem da mulher no interior da família patriarcal nos idos do século XIX, em que “[...] as mulheres estariam totalmente relegadas à esfera privada, ao doméstico, tornando-se símbolo da fragilidade que precisava ser protegida e guardada. As crianças por sua vez, eram colocadas definitivamente como centro da vida da mulher e da família (ARCE, 2002, p.84). Mas, com a industrialização crescente e a absorção da mão de obra feminina nas fábricas, espaços de acolhimento às crianças no período de trabalho da família, sobretudo da mãe, tornaram-se exigências sociais cada vez maiores. Mais que isso, “[...] o trabalho feminino, seja por necessidade, seja por opção, trouxe como consequência a necessidade de tornar coletivo o cuidado e a educação da criança pequena [...]” (ARROYO, 1994, p.19). Surgem, então, as primeiras creches e instituições de cunho filantrópico/assistencial, onde as crianças permaneciam durante o período de trabalho de seus pais.

Essa realidade foi vivenciada em Uberlândia na metade dos anos de 1980, com a reivindicação, organização e materialização de creches comunitárias. Estas configuravam um espaço destinado aos filhos de mulher trabalhadora, e não um direito da criança, pois ainda perpetuava a noção de que o ideal seria a mãe permanecer no lar, cuidando de seus filhos.

Assim, em Uberlândia, as condições em que as creches foram criadas contribuíram para marginalizá-las como lugar de compensação: ela não se justificava pela presença de um direito da criança, mas pela ausência da mãe. A mudança no conceito de creche como *mal necessário*<sup>6</sup> foi lenta, porque se alinhou à transformação do papel da mulher na sociedade, à não exclusividade da família nuclear e às transformações no mundo do trabalho.

A Constituição de 1988 objetivou universalizar a creche: ela tinha de abranger todas as crianças, sem discriminação, sem seleção — como no caso de a vaga se

---

<sup>6</sup> Cf. VIEIRA, 1986.

vincular à condição de trabalhador externo, sobretudo da mãe. Na concretização desse direito constitucional em Uberlândia, um ponto-chave foi a ação dos sujeitos atuantes nas creches comunitárias, que se tornaram agentes ativos no contexto de luta pela efetivação desses equipamentos com base em suas funções, práticas e conquistas relativamente a questões trabalhistas e cotidianas.

O termo usado para designar as funcionárias responsáveis pelo cuidado direto com as crianças era *tomadeira de conta*. Essa nomenclatura foi alterada em meados de 1986, quando a função recebeu o nome de auxiliar de creche. Segundo a líder comunitária e uma das fundadoras das creches do bairro Presidente Roosevelt, o surgimento do nome *tomadeira de conta* se vincula a questões trabalhistas, pois, “[...] inicialmente, para tomar conta, não precisava ter uma formação específica, tampouco ter um piso salarial” (FERREIRA, 2009) <sup>7</sup>.

A terminologia *tomadeira de conta* se vinculava a não formação delas e, em consequência, à remuneração baixa ou inexistente. Tal designação promovia a desqualificação e despolitização da profissão, bem como a desregulamentação de direitos trabalhistas. Além das questões trabalhistas, nota-se que essa denominação se referia à prática cotidiana delas na creche: a princípio, *tomar conta* de crianças nessas instituições era um mecanismo de trocas mútuas para garantia de cuidados básicos: banho, alimentação e outros. Realidade lentamente modificada, no entanto, não erradicada totalmente ainda nos dias atuais em algumas instituições.

De fato, as creches comunitárias traduziram a possibilidade de os moradores viverem melhor. Por um lado, liberavam as mães para o trabalho fora de casa, o que significava ampliação da renda familiar; por outro, supriam necessidades básicas das crianças, tais como guarda e a alimentação. E mais: tornaram-se possibilidade de trabalho assalariado formal para algumas mulheres que, a princípio, eram voluntárias. Contudo, o conjunto das fontes que consultamos não deixa dúvida: as creches comunitárias surgiram marcadas pela precariedade física e material. Logo, por mais que a comunidade de cada bairro objetivasse oferecer atendimento satisfatório, espaços físicos impróprios e condições materiais precárias, aliados ao voluntariado, à

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Maria Gorete. Uberlândia (MG), 9 de Agosto de 2009. Entrevista concedida a autora. Nascida em 28/2/1957, em Uberlândia (MG), tem formação em pedagogia, foi líder comunitária do bairro Presidente Roosevelt e professora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no início dos anos de 1980; é membro da Igreja Católica São Judas Tadeu e uma das fundadoras das creches comunitárias do bairro Presidente Roosevelt. Como servidora da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS), antes de assumir cargo administrativo em 2000, atuou diretamente nas creches comunitárias a partir de 1986; de 2000 a 2008, foi diretora assistencial; a partir de 2009, passou para o atendimento ao idoso.

remuneração insuficiente, a práticas amparadas em experiências domésticas e a outros fatores, contribuíram para configurar um cenário de atendimento inadequado.

Neste sentido, podemos afirmar que as creches comunitárias em Uberlândia em seus primórdios — início da década de 1980 — não foram constituídas com propósitos nitidamente educativos, quando pensamos em uma proposta pedagógica sistematizada, espaços adequados, profissionais formados para atuarem com crianças de zero a seis anos. A realidade uberlandense reitera estudos sobre a origem de instituições destinadas ao atendimento a crianças oriundas de classes trabalhadoras, em especial às creches, que não correspondiam a uma necessidade social *propriamente educativa*.

Segundo Germano (2000), as instituições de educação infantil se expandiram na esteira das políticas sociais do regime militar, guiadas pelo baixo custo e por modelo de atendimento que não previa professores com formação especializada — eis aí os primórdios de um grande contingente de professoras leigas. Com efeito, essa foi a realidade das creches comunitárias de Uberlândia, cujas profissionais eram mães que participaram da criação e organização desses espaços e mulheres que *gostavam de criança*, não tinham emprego formal e residiam no bairro onde estava a creche. Assim, de início, a perspectiva de cuidado vigorou no discurso e na prática dos sujeitos envolvidos diretamente no trabalho da creche, abarcando o aspecto físico e o zelo pela integridade física e moral da criança.

A intervenção, em meados dos anos de 1985, de técnicos e monitores da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social - SMTAS (psicólogos, pedagogos e outros profissionais), responsáveis pela orientação e capacitação das profissionais das creches em encontros semanais, oferece um ponto de reflexão sobre as práticas no interior das creches comunitárias. De início, esses profissionais encontraram resistência de pessoas envolvidas nessas instituições, pois não compunham a comunidade atendida e eram vistos como agentes fiscalizadores nas creches.

Cabe destacar que em muitas creches não havia tempo reservado ao planejamento de atividades, daí o cotidiano repleto de imprevistos: “[...] eram feitas brincadeiras alternativas, era bola, colorir, brincadeiras que a gente produzia com as crianças [...] a gente planejava era na hora” (BORGES, 2009) <sup>8</sup>. A fala de uma auxiliar

---

<sup>8</sup> BORGES, Andréa Bonifácio Camilo. Uberlândia (MG), 10 de Setembro de 2009. Entrevista concedida a autora. Nascida em 20/2/1969, na cidade de São Paulo (SP), completou o ensino médio e, em 1986, com 17 anos de idade, foi selecionada para trabalhar na creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt, como tomadeira de conta/auxiliar de creche, cargo que ocupou até 1989. Depois, passou a atuar como



da creche comunitária do bairro Santa Mônica ratifica essa realidade ao dizer que “[...] era mais o brincar mesmo, brincar de bola, música [...] o planejamento de estar pegando o caderno, planejando o que ia dar antes, não [...] eram brincadeiras livres, não planejadas” (CHAVES, 2009) <sup>9</sup>. Como se vê, prevaleciam práticas desenvolvidas espontaneamente, sem planejamento, reforçando a hipótese de que, para se atuar na creche bastava *gostar de criança* e fazer atividades que se desenvolviam no ambiente familiar.

A justificativa para a inexistência de planejamento formal das atividades desenvolvidas talvez esteja na proposta de assistencialismo que marcou a origem das creches. Conforme salientamos, as equipes da SMTAS buscavam orientar as profissionais quanto ao planejamento prévio das atividades a serem realizadas nas creches em visitas esporádicas. No entanto, cabe ressaltar que a quantidade de profissionais da SMTAS designada para apoiar e orientar o trabalho desenvolvido nas creches (TABELA 1) era insuficiente para acompanhá-las satisfatoriamente, logo, devido ao acompanhamento esporádico, não havia a continuidade das orientações feitas nos encontros.

Se considerarmos que no fim de 1988 havia 44 creches, então se deduz que 24 profissionais — exceto a coordenadora do programa de 0 a 6 anos de idade — dificilmente alcançariam o ideal de modificar a prática das auxiliares de creche apenas pela reflexão sobre a prática. Além disso, verificamos que, do total de profissionais, 52% eram psicólogos ou assistentes sociais e 12% eram pedagogos. Essa diferença reitera a ideia de que as creches eram pensadas muito mais como instituições assistenciais e não como espaços pedagógicos.

TABELA 1  
Recursos humanos da SMTAS: seção de creches — 1988

	EQUIPE DE TRABALHO DA SMTAS — 1988	QUANTIDADE	%
1	Coordenadora do Programa 0-6 anos	1	4%
2	Psicólogos	8	32%
3	Assistentes Sociais	5	20%
4	Pedagogos	3	12%
5	Monitores	8	32%
	<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: UBERLÂNDIA, 1988.

---

mobilizadora política; de 2001 a 2004, foi assessora parlamentar; desde 2007, ocupa o cargo de atendente no Ministério do Trabalho.

<sup>9</sup> CHAVES, Maria Rosa da Silva. Uberlândia (MG), 17 de Setembro de 2009. Entrevista concedida a autora. Nascida em 30/5/1958, em Passos de Minas (MG), tem ensino médio completo e, em 1991, assumiu a função de auxiliar da creche comunitária no bairro Santa Mônica; aprovada em concurso público, assumiu a função de auxiliar de serviços gerais, que ocupa até hoje na mesma creche.

No entanto, não se pode afirmar categoricamente que as práticas nas creches comunitárias eram essencialmente assistencialistas, pois a pesquisa histórica demonstra ser artificial o conflito entre as funções educativa e assistencialista nas instituições destinadas a crianças pequenas. O que determina a natureza do serviço oferecido é seu público-alvo (KUHLMANN JÚNIOR, 1998). Mais que isso, as creches comunitárias em Uberlândia foram idealizadas, inicialmente, sobretudo, com base na necessidade de dar guarda a crianças de famílias de baixa renda, de oferecer suporte a mães trabalhadoras. Logo, isso lhes determinou uma função assistencial, qual seja: suprir uma necessidade imediata. A isso se acrescenta o fato de essas instituições terem sido vinculadas inicialmente à SMTAS. No dizer de Kuhlmann Júnior,

O atendimento educacional da criança pequena passa a ser visto como um favor aos pobres, que se estabelece por meio do repasse das escassas verbas públicas às entidades assistenciais, legitimando-as como intermediárias na prestação do serviço à população. A baixa qualidade se transforma em algo aceito como corriqueiro e mesmo necessário (1998, p. 184).

Ainda segundo esse autor, a história da educação infantil “[...] tem sido a história do predomínio da concepção educacional assistencialista, preconceituosa em relação à pobreza, descomprometida quanto à qualidade do atendimento” (KUHLMANN JÚNIOR, op.cit., p.184). Nela, o assistencial e o educacional não se excluem nem deveriam se polarizar, pois em uma instituição de atendimento à infância, a guarda, a proteção e a educação têm de ser simultâneas.

Nesses termos, mesmo que as creches comunitárias em Uberlândia em seus primórdios tivessem características de guarda e assistencialismo — marcas da história da educação infantil —, elas tinham em seu bojo uma função educativa, porém de cunho assistencialista. Além de serem locais destinadas à guarda das crianças, enquanto suas mães trabalhavam, essas creches tinham — e têm — a função social de cuidar e educar; e em suas concepções e práticas, uma ação não se desvincilha da outra; antes, conjugam-se: na creche se educa cuidando e se cuida educando. Enfim, para reiterar as afirmações de Kuhlmann Júnior (op. cit.), asseguramos que o ponto-chave não é opor educação e assistência, mas superar a história das instituições pré-escolares que designaram uma educação de baixa qualidade às crianças pobres.

Ainda segundo Kuhlmann Júnior (op. cit. p. 189), “A educação de uma criança pequena envolve o seu cuidado, por isso, destaca-se o papel de educar e cuidar atribuído

às instituições de educação infantil” Esse papel a que o autor se refere foi abordado em termos oficiais em 1998, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/RCNEI (BRASIL, 1998), que prevê a relação entre cuidar e educar como indissociável à prática na educação infantil.

### **Considerações Finais**

Em Uberlândia, as creches comunitárias surgiram de uma necessidade externa às necessidades das crianças, pois tinham por objetivo propiciar um ambiente alternativo para as mães que trabalhavam fora deixarem seus filhos para que pudessem, dada a realidade econômica e social de então, ajudar no sustento da família com uma renda auxiliar — em muitos casos, renda única —. Essa configuração das creches, vistas inicialmente como *mal necessário*, contribuiu para que houvesse um atendimento emergencial de crianças cujas mães trabalhavam fora. Assim, esses espaços ficaram suscetíveis à manipulação política mediante seu financiamento — desigual e insuficiente — e cuja orientação quanto às práticas empreendidas no interior delas era deficitária.

O financiamento insuficiente redundou em atendimento precário, registrado nos relatórios produzidos por profissionais da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social (SMTAS). E estes revelaram pontos de vistas distintos da visão de quem estava diretamente inserido no cotidiano das creches comunitárias, em especial a noção de que a prática deficiente e a precariedade do atendimento se vinculavam diretamente às condições sociais de cada bairro, e à falta de formação de quem lidava com as crianças. Se retomarmos as condições objetivas em que as creches comunitárias foram constituídas, veremos que a prática profissional desses sujeitos — em geral mulheres-mães — tinha como guia sua experiência doméstica, com ênfase na alimentação, guarda e higiene da criança. Era pouco provável uma mudança imediata nessa prática profissional (inserção do planejamento ou da prática pedagógica, por exemplo) em prol do desenvolvimento infantil só com orientações esporádicas — a maioria feita por psicólogos e assistentes sociais.

Dadas a estruturação do ambiente interno das creches e as condições externas que interferiram em sua configuração, concluímos que a cada uma dessas comunidades que se mobilizou em prol da constituição de uma creche comunitária foram atribuídas funções que os voluntários envolvidos não tinham condições de assumir. Nesse sentido,

podemos apontar que, vinculadas à política da então secretaria do Trabalho e Ação Social — que era parte de um projeto político mais amplo, pelo menos em termos de proposta, ou seja, a chamada Democracia Participativa —, as creches comunitárias se materializaram no bojo de uma política emergencial e assistencialista, embasada no discurso da descentralização e participação da comunidade.

Contudo, podemos afirmar que o período da gestão Democracia Participativa, com seus limites, seus avanços e suas contradições, foi importante neste contexto histórico nacional e local, porque institucionalizou uma *nova* configuração política na esfera municipal, quando foram postos em movimento novos elementos na relação social histórica de dominação, resistência e conformismo na cidade de Uberlândia. Singular na história do município, o período de 1983–88 registrou a conscientização da população quanto à oferta de serviços sociais/educacionais básicos que a levou a pressionar o poder público a suprir demandas que eram de sua responsabilidade, em especial a oferta de creches aos menores de 6 anos de idade — referendada legalmente só na Constituição Federal de 1988.

Após a promulgação dessa versão da Carta Magna, que reconhece o dever do Estado e do município quanto a agenciar e promover a educação infantil e após a proposição da Lei Orgânica do Município (1990), instaurou-se o processo de municipalização das creches. Assim, aos poucos, a luta deixou de vislumbrar a criação para exigir manutenção, ampliação e qualificação do atendimento. A prescrição legal da creche como direito da criança, porém, não erradicou por completo a realidade dos anos de 1980. Muitas creches ainda se constituíram, e se constituem, em espaços precários, e a demanda continua maior que a oferta.

## Referências

ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARROYO, M. G. **O significado da infância**. I SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Brasília, 1994.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Um pouco da história da nossa escola**. Disponível em: [http://www.eseba.ufu.br/a\\_escola.php?tipo=historia](http://www.eseba.ufu.br/a_escola.php?tipo=historia)>. Acesso em: 12 de Ago. 2009.

GERMANO, José W. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória M. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1985.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KRAMER, Sônia. O papel social da pré-escola – 1985. p. 20-27. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche.** São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Solange Jobim. **Educação ou Tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs). **500 anos de Educação no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. (Org.) **Educação Infantil: muitos olhares.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. pp. 90-103. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação Infantil no coração da cidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Polyana Aparecida Roberta da. **Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do Jardim de Infância Suzana de Paula Dias (Uberlândia, 1967 a 1972).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

VEIGA, Márcia M. **O Movimento de Luta pró-creches e a política de Educação Infantil em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências, rumo à construção de um projeto educativo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

## Fontes Orais

BORGES, Andréa Bonifácio Camilo. Uberlândia (MG), 10 de setembro de 2009, 30 minutos. Entrevista concedida a autora.

CHAVES, Maria Rosa da Silva. Uberlândia (MG), 17 de setembro de 2009, 30 minutos. Entrevista concedida a autora.

FERREIRA, Maria Gorete. Uberlândia (MG), 09 de agosto de 2009, 60 minutos. Entrevista concedida a autora.

## Fontes Documentais

BRASIL. **Constituição de 1988**. 21ª ed. Brasília: 2003.

BRASIL. Lei nº 5.692/71. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências. **Diário Oficial** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 de maio de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.

COMPANHIA DE TELEFONES DO BRASIL CENTRAL/CTBC. Guia Sei. Uberlândia: ABC SABE, 1988.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB. **Proposta para ação do governo municipal**. Uberlândia, 1982.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relação das Creches Comunitárias**. Uberlândia, 1987.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Estruturação Administrativa**. Uberlândia, 1988.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relação das Creches Comunitárias**. Uberlândia, 1989.

UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do Município**. Uberlândia, 1990.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Diretrizes Curriculares de Educação Infantil**. Uberlândia, 2003.